

**ATA DA 157ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD
– MARÇO DE 2023 -**

No dia 10 (dez) do mês de março de 2023, às 14h00, ocorreu a centésima quinquagésima sétima (157ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, realizada no auditório da faculdade Una de Contagem, Avenida Maria da Glória Rocha, nº. 175 – Bitácula – Contagem, com a presença dos seguintes conselheiros municipais: Do Poder Executivo: Secretaria Municipal de Saúde, titular, Sirlene Pereira dos Reis e sua suplente Sílvia Placídio Camargo; Secretaria Municipal de Educação, titular, Flávia Eliza Oliveira; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, titular, Adriana Leonart Almeida; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, suplente, Igor Daniel Policarpo Oliveira; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / Área da Pessoa com Deficiência, titular, Marcelo Lino da Silva. Da Sociedade Civil: do segmento que atuam junto às pessoas com deficiência múltipla – Grupo de Inclusão e Educação Escolar de Contagem – GIEC, titular, Marlene Aparecida Torres Fernandes; do segmento das entidades que atuam junto às pessoas com deficiência auditiva – Associação dos Surdos de Contagem, titular, Larissa Regina Miranda; do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência visual, Associação dos Deficientes de Contagem – ADC, titular, Cléber Gomes de Figueiredo; do segmento de entidades que atuam junto às pessoas com deficiência física – Associação Eldorado de Apoio à Vida, suplente, Tânia Maria Ferreira; do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência intelectual – Grupo de Apoio à Pais de Autista – AMAIS, titular, Josimar Rosária da Silva Moreira (Josi Silva) e sua suplente, Elisângela Maria Araújo; do segmento dos operadores de transporte coletivo do município de Contagem – titular, Cooperativa de Transporte Inclusivo Multimodal e Serviços – COOPERSEM LTDA, Vanjo Aparecido Barcelos; segmento das instituições ou empresas interessadas na questão da pessoa com deficiência – Associação Circuito Inclusão, suplente, Valéria Assis Barreto. Do poder legislativo: Titular, Arnaldo Luiz de Oliveira. Presentes também: A Sra. Danielle Francisquini, da SEDUC; O Sr. Eduardo Henrique Silva e o Sr. Gilson Luiz Fagundes da Comissão de Defesa dos Direitos da OAB / Contagem; Sra. Patrícia M. L. Barcelos; a Sra. Maria Alaíde N. Araújo; o Sr. Jefferson França, da Guarda Municipal; o Sr. Gabriel Estevão, da ADC; o Sr. Thiago Tavares Tôres Fernandes e os jovens Jéssika Diana da S., Átila de Araújo Hua Hua Soncco e Reinaldo Júnior. Compareceram pela equipe técnica do CMDPD: os Sr(s). Antônio Augusto de Souza Loures, Felício Mendonça Caldeira, Flávio José Silva de Almeida e Anderson Elias da Silva. O Sr. Leonardo Coelho de Oliveira Rabelo trabalhou como Intérprete de Libras nesta reunião. Justificaram ausências, por motivos diversos, os seguintes conselheiros(as): Júnia Bruno Coelho; Rovânia Efigênia Freitas; Tamires Cristina da Silva; Ermelinda Pereira de Menezes; Elaine Cristina Coelho Lopes; Maria das Graças Chaves da Costa; Maria Auxiliadora Ramos Martins; Joel Silêncio de Andrade; e Luara Balbino Colpa. O Presidente do CMDPD, o Sr. Marcelo Lino, abriu os trabalhos. Parabenizou as mulheres pelo Dia Internacional. Esclareceu que a plenária ocorreu na sexta-feira, a pedido de conselheiros e conselheiras para que evitasse a sobreposição de eventos e agendas ao dia 8 de março. Começou a sessão de informes. A Sra. Elisângela Araújo, suplente do Grupo AMAIS, informou que o Grupo AMAIS organizará III Roda de

Conversa. Os temas serão: Empoderamento Feminino e Violência contra a Mulher. Palestrantes: Benvinda Fernandes de Macedo, Gestora de RH, pós graduada em Mediação de Conflitos e Segurança Pública e Inteligência; Ronivaldo Souza Bruno, Historiador, Chefe de Grupamento e Especialista em Segurança Pública pelo CRISP UFMG. Noticiou ao Sr. Marcelo Lino que o evento será no dia 25 de março, das 14h às 16h, após lanche compartilhado, na sede do Grupo AMAIS, rua Miguel de Souza Arruda, 50, Alvorada. Em abril, como atividade em prol da conscientização do autismo, acontecerá também a Iluminação do Prédio da Prefeitura em azul, carreato do Grupo AMAIS, fala na Tribuna da Câmara de Vereadores de Contagem e palestra na OAB / Contagem, dia 12/04. O Sr. Eduardo Henrique informou que no dia 21 de março às 19H acontecerá a posse da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB / Contagem, recentemente eleita. O Sr. Antônio Loures relatou que, no dia 16 de fevereiro, na Associação Eldorado de Apoio à Vida, aconteceu reunião do CMDPD para detalhar e refletir sobre pontos do Planejamento do Conselho para 2023 (nota do redator posterior à plenária: Compareceram Tânia Maria Ferreira – Associação Eldorado; Joel Silêncio Andrade – Conselheiro; Ermelinda Menezes – Conselheira; Tamires Cristina da Silva – conselheira; Elisângela Araújo – Conselheira; Maria Aparecida Pereira – Mãe; Josiany F. Souza Alves – Mãe; Eduardo Henrique Silva – OAB / Contagem; Ivanil Gomes – Conselheiro; Laura Paulino – Conselheira; Marcelo Lino da Silva – Conselheiro; Laura Paulino – Conselheira; Anderson Elias – Equipe Técnica; Antônio Loures – Equipe Técnica; Flávio José Silva – Equipe Técnica; Felício Mendonça Caldeira – Equipe Técnica; Arnaldo de Oliveira – Conselheiro; Marlene Torres Fernandes – Conselheira; Maria das Graças dos Santos – Mãe; Bruna Joice – Mãe; Flávia Kellen Dutra Nascimento – Associação Eldorado de Apoio à Vida). Após reflexões, os presentes propuseram os seguintes encaminhamentos: Promover novos encontros. Envolver outros atores no debate como a SEDUC e Conselho Municipal de Educação; a realização de um Fórum sobre a temática da *“Educação para as Pessoas com Deficiência”*; na plenária de março, realizar convite à SEDUC para esclarecimentos sobre a questão dos monitores e atual modelo de contratação; não realizar a plenária de março no dia 8 de março (dia Internacional da Mulher) para não sobrepor agendas; sobre a pauta em prol do Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, marcar uma nova reunião para essa reflexão. Outra comissão do CMDPD se reuniu com o Secretário de Obras e Serviços Urbanos, o Sr. Rômulo Tomaz Perilli, na sala de reunião da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, 2º andar, no dia 27 de fevereiro, às 14h. (nota do redator posterior à plenária: Compareceram: o Srs. Rômulo Perilli, Secretário; os conselheiros, os Srs: Marcelo Lino, Cléber Figueiredo e Joel de Andrade e os técnicos Antônio Loures e Anderson Elias). Na oportunidade, o CMDPD entregou documento ao Secretário Rômulo Perilli solicitando um *“Plano Municipal de Garantia do Direito da Acessibilidade em Obras nas Vias e Espaços Públicos”*. O documento solicita a garantia da Acessibilidade nas obras públicas, quando das fases de *“Planejamento, Execução e Fiscalização das obras públicas”*. O Secretário Rômulo Perilli demonstrou compromisso com essa causa. Ele propôs duas ações: a formação de uma comissão do CMDPD para acompanhar a execução das obras no tocante à Acessibilidade; e um encontro de uma comissão do CMDPD junto aos profissionais responsáveis pelas obras de sua Secretaria para o reforço/reflexão sobre aspectos voltados à acessibilidade. O Sr. Marcelo Lino reforçou os informes da Sra. Elisângela Araújo. O Presidente do CMDPD afirmou que o prédio da Prefeitura será

iluminado pela cor Azul no dia 01 de abril. Antes, às 19h, haverá uma atividade de abertura. No dia 02/04 acontecerá uma carreata que seguirá até o Parque Ecológico do Eldorado. Alguns serviços serão ofertados ao público e também haverá pipoca. Como foi informado, a Tribuna da Câmara de Vereadores será utilizada pelo Movimento Autista. Entre os dias 28 de março e 02 de abril, acontecerá o Campeonato da Regional Sudeste de Golbol, destinado ao público com deficiência visual e cegos. Graças ao evento, o Município de Contagem entra para o circuito nacional dessa modalidade e da Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC. O mês de março, marca vários eventos para celebrar o Luta em prol dos Direitos da Mulher. No dia 09, houve um evento sobre o “Empreendedorismo Feminino” na Faculdade UNA. Haverá também o “PROCON delas”. Toda a programação é acessada na página da Prefeitura. No dia 24, terá a apresentação do happer Djonga em comemoração aos 50 anos da FUNEC, num evento da Política da Juventude no município. Há a expectativa da presença de 20 mil jovens. Para marcar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado anualmente em 15 de março, desde 1983, o PROCON oferecerá uma programação especial durante todo o mês. Serão realizados mutirões de negociação de dívidas, seminário, palestra e a blitz educativa. Abrindo a programação no sábado (11/3), a “Blitz do Consumidor e Fornecedor” estará na Feira do Eldorado, promoverá ações educativas de cidadania, assim como orientações. Adriana Leonart ponderou sobre os desafios enfrentados por arquitetos e engenheiros para uma adequada formação na área dos direitos da pessoa com deficiência. A prefeitura não dá apoio e a formação ocorre por conta própria, como relatado pela conselheira. Ela informou que atua no setor de análise de obras particulares. Ilustrou a situação com um caso sobre um projeto que previa o uso de pedras portuguesas como piso e que tornaria a acessibilidade inviável. Ponderou sobre a possibilidade do CMDPD solicitar da prefeitura os cursos de capacitação dos profissionais que atuam na garantia do direito à acessibilidade em obras. Esclareceu que não seria ético da sua parte participar de uma comissão, formada por conselheiros do CMDPD, para acompanhar obras e, até mesmo, emitir relatórios. O Sr. Marcelo Lino elogiou a proposta referente aos cursos de capacitação. Disse que o Conselho poderá propô-los ao Secretário de Obras. Sobre os relatórios, caso seja necessário, a responsabilidade será do conselho. Não se trataria de relatório técnico e, sim, de observações levantadas. Elogiou o compromisso da Sra. Adriana em prol da causa da pessoa com deficiência. No segundo ponto da pauta, houve a aprovação da Ata da 156ª reunião ordinária do CMDPD. O ponto três da pauta elegeu o novo integrante da Mesa Diretora do CMDPD para completar o triênio 21/24. O Sr. Marcelo Lino informou que a Sra. Carla Regina Lopes Silva pediu exoneração do cargo de Superintendente da Política da PCD após ser aprovada em um concurso público em outro município. Aproveitou a oportunidade para agradecer os trabalhos prestados pela Sra. Carla. Esclareceu que essa função na Mesa Diretora é prerrogativa da representação governamental. Para manter a paridade da gestão do CMDPD (dois membros governamentais e dois da sociedade civil) outro representante governamental será eleito. O Sr. Marcelo Lino indicou o nome da Sra. Sirlene Pereira dos Reis que é uma referência histórica do movimento da pessoa com deficiência e do Centro Especializado de Reabilitação – CER 4. O Sr. Arnaldo de Oliveira disse que falar sobre a Sirlene é fácil. É uma profissional dedicada, concursada e efetiva. Lembrou algumas atuações dela em Nova Contagem quando desenvolvia trabalho social no programa da Horta Comunitária. Ilustrou sua dedicação ao narrar que a Sra. Sirlene

tinha que ir longe buscar água potável, quando necessitava. Concluiu e disse que “Sirlene é a cara do CER – 4”. A plenária do CMDPD elegeu por aclamação o nome da Sra. Sirlene Pereira dos Reis para a primeira secretária da Mesa Diretora do Conselho. O Sr. Marcelo Lino informou que há um processo de avaliação de currículos para a indicação da nova Superintendente de Política Pública da Pessoa com Deficiência. O quarto ponto de pauta refletiu sobre as questões dos monitores na Educação Especial em Contagem. O Sr. Marcelo Lino relatou que tem orgulho de ter pertencido aos quadros da SEDUC no setor da Educação Inclusiva. De acordo com ele, pensar um modelo de inclusão eficaz é o grande desafio a ser enfrentado. Na sua época, foi proposto a utilização de estagiários universitários para a função de monitores de apoio. Contudo, esse modelo também trouxe dificuldades, pois os estudantes universitários esperavam o ano letivo da universidade se iniciar para depois se inscreverem para a monitoria. Após algum tempo, o modelo foi mudado para algo semelhante ao de Belo Horizonte. A contratação ocorre via ONG e a exigência de escolaridade é o ensino médio. Lembrou que não há um profissional no mercado para essa função. Para ele, encontrar um modelo ideal é o grande desafio. A Sra. Flávia Eliza é uma profissional efetiva na rede há 24 anos. Esclareceu que a Equipe de Inclusão da SEDUC está reformulada com novos integrantes. Apresentou a Sra. Danielle Francisquini que é a nova Referência Técnica da área. De acordo com a Diretora atende na rede de escolas do município 597 monitores, cerca de 100 cuidadores, 20 Técnicos em enfermagem aproximadamente e 30 intérpretes e instrutores de LIBRAS. Esse número é próximo à metade dos estudantes com deficiência na Rede Escolar. Esclareceu não ser todo o estudante com deficiência que requer um monitor individualizado. Há casos em que o monitor pode atender 2 ou 3 estudantes com deficiência. O Atendimento individualizado por monitor é para os estudantes PCD que necessitam de Suporte 2 e 3. Àqueles que se enquadram no Suporte 1, não necessitam de um atendimento individualizado. Há estudantes cegos e com baixa visão que também não necessitam de atendimento individualizado. A gestão faz uma análise de cada caso para identificar o suporte necessário. Exemplificou que: Uma criança com deficiência, na idade de 2 ou 3 anos e usar fraldas é compatível com outras crianças nessa faixa etária. Caso essa mesma situação ocorra com uma criança que tenha a idade mais avançada, haverá a necessidade de um atendimento individualizado. A rede escolar conta, ainda, com 34 salas de Recursos Multifuncional para o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Outros 11 serão implementados, resultando no total de 45 até o final do ano de 2023. Ponderou que a Inclusão não deve ser feita a partir dos monitores de apoio. Toda a comunidade escolar deve ser responsável pelo desenvolvimento dos estudantes, inclusive os com deficiências. A Sra. Valéria Barreto disse que existe uma Lei que garante o direito à monitoria. Para a conselheira, a lei determina que, caso a criança tenha deficiência intelectual, ela deverá ter um apoio nesse sentido. Contextualizou e citou, como exemplo, uma criança com Síndrome de Down que necessita de outros estímulos. Se essa criança vê outras batendo palma, não significa que ela imitará. Ela necessitaria de um profissional de apoio para falar e estimular essa criança a bater palma. Ponderou que os monitores em Contagem, não estão bem preparados. Relatou que, muitas vezes, eles se assustam com a realidade no dia a dia e logo desistem. Lembrou que em Nova Lima existe a FAENOL (Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima) que dá suporte. Belo Horizonte se utiliza da MGS. A Sra. Flávia Eliza elogiou as observações da Sra. Valéria. A legislação coloca que o profissional de apoio seria para as atividades da

vida diária. Ponderou que o professor é o responsável pelo trabalho pedagógico da turma e também do estudante com deficiência. No exemplo dado pela Sra. Valéria, o estímulo de bater palmas é de responsabilidade do professor. O monitor de apoio não faz esse acompanhamento e não se pode ter um modelo com dois professores. A Sra. Marlene Torres Fernandes, disse que falaria como mãe, já que é professora aposentada também. Visitou a escola onde seu neto estuda. Na sua opinião, seu neto tem TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e percebeu que a professora ainda não consegue trabalhar para uma turma inteira. Sentiu que há uma separação entre o ensino dado aos estudantes e ao aplicado para seu neto. Propôs à Equipe da SEDUC, disponibilizar profissionais, um por regional, caso possível, para fazer o trabalho de conversar com os professores. Promover a conscientização e diálogo sobre a necessidade de uma Educação para todos e fazer o esclarecimento do papel do professor e do monitor de apoio. A Sra. Adriana Leonart disse que falta na Educação um trabalho de conscientização e formação para fortalecer a Educação Inclusiva. Comparou a Educação Inclusiva como o direito de Acessibilidade: não para alguns e sim, para todos! A Sra. Josi Silva cumprimentou os presentes. Disse que o Grupo AMAIS tem recebido muita demanda referente à Educação Inclusiva. Elogiou o processo de Inclusão da Escola Estadual. Seu filho, o Júnior, conta com dois profissionais, um professor e profissional de apoio. Nas escolas de Contagem, a conselheira percebe que ainda existe a prática de barrar o estudante com Autismo. Reforçou a proposta de ter profissionais da SEDUC, por regionais para conversar com as escolas. Considerou a importância da Escola dialogar com as famílias. É necessário a escola estar preparada para lidar com os estudantes autistas em crise. Ela é favorável a capacitação de toda a escola. Colocou o grupo AMAIS à disposição da Equipe da SEDUC para fortalecer o processo de Educação Inclusiva. O Sr. Gilson Fagundes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência se apresentou. É pai do Lucas, que é Autista. Disse ser membro também, do Grupo AMAIS, e exerce a função de ser conselheiro jurídico da associação. Informou que tenta uma reunião desde o ano passado com a SEDUC, mas sem sucesso. Pretendem marcar essa reunião. Na visão da Comissão OAB, a lei está sendo interpretada de forma inadequada. Discordou da fala da Sra. Flávia Eliza, que considerou a pessoa com Deficiência de Suporte 1 (condições menos complexas) como não necessitada de profissional de apoio. Citou o exemplo de seu filho quando este tem uma crise. Considerou que professores e profissionais de apoio não são preparados, principalmente, para os momentos de crise. A escola sempre convoca à família nesses momentos. Disse que a Comissão da OAB dará apoio integral ao Grupo AMAIS, mas reconheceu que a luta é para a Inclusão de todos os estudantes com deficiência. Considerou insuficiente o número de profissionais de apoio disponibilizados nas escolas em proporção ao número de estudantes. Reforçou que a luta é pela capacitação dos profissionais. Por fim convidou os presentes para participarem da programação em prol da causa dos Direitos dos Autistas em abril. O Sr. Arnaldo de Oliveira perguntou onde é feita a capacitação dos monitores de apoio? A Sra. Flávia Eliza disse que os monitores recebem uma capacitação on-line e fazem uma atividade avaliativa. Se tiverem 60% de aproveitamento na atividade é que são contratados. Depois recebem mais duas formações por ano. Uma no início e outra no meio do ano. O Sr. Arnaldo de Oliveira considerou insuficiente esse tempo e o processo de capacitação. Citou exemplo da formação dos motoristas de empresas de ônibus, obviamente, sem querer comparar às situações. Disse que cada função necessita da formação apropriada.

Sem a formação adequada, os profissionais logo pedem demissão, pois não são preparados para o que acontece nas salas de aula. Lembrou que essa pauta está há muito tempo no Conselho e na SEDUC e várias Diretoras de Inclusão já prestaram esclarecimentos sobre o tema. Entretanto, a impressão que se tem é a de se estar “enxugando gelo”. Vê a necessidade de solidificar a Política Pública e criar uma diretriz para um processo de capacitação e treinamento adequado para os profissionais. Realçou a disponibilidade das Associações em colaborar com essa questão. Incentivou as escolas a dialogarem sempre com as instituições. O Sr. Gilson reforçou às palavras do Sr. Arnaldo de Oliveira. A Sra. Marlene Fernandes reafirmou a disposição do GIEC em colaborar e manter parceria com a SEDUC em prol da Educação Inclusiva. A Sra. Elisângela Araújo reafirmou a necessidade da formação adequada. Contou que tinha vindo de uma escola, na qual, um garoto teve uma crise. A monitora de apoio ficou sem ação e sem saber o que fazer. Ela teve que intervir. No processo de acalmar a criança, recebeu mordidas. A própria criança mordida a si mesma. Utilizou massinhas e balões para acalmá-la. Ela é mãe de criança com deficiência e sempre carrega esses objetos para uma situação como essa. Já se colocou à disposição para colaborar nessa capacitação junto a escola. Porém, é informada que ela, enquanto mãe, não pode realizar esse trabalho junto a monitora. A Sra. Flávia Eliza ouviu e disse que as ponderações foram anotadas. Entende perfeitamente os sentimentos dos pais quando estes consideram que seus filhos estão excluídos ou com o atendimento inadequado. Reafirmou que está em prol da mesma causa que é a inclusão das crianças. Lembrou que já fez atendimento ao Júnior, filho da Josi, por 6 anos. Com outros pais já conversou também. Ponderou que, já não é mais tempo para se discutir acesso do estudante com deficiência na escola. Isso é direito estabelecido. Agora o debate é sobre a qualidade da permanência desse estudante no processo escolar. Reconheceu que o número de monitores é pequeno, mas foi a realidade que encontrou. Esclareceu que quanto falou de Autista Suporte 2 ou 3, significou dizer que esses estudantes são prioridades. Mas todos serão atendidos, tanto é que temos outros profissionais: o técnico, o cuidador e o monitor. Reconheceu que o processo de Inclusão Escolar é um desafio, pois imagina uma sala com três monitores de apoio, mais o professor e mais 25 estudantes. Não há estrutura para isso. Considerou inapropriado separar o estudante com deficiência da sala de aula, oportunizando a ele outro local na escola. Disse que é necessário pensar um bom projeto de inclusão. No passado era outras necessidades. Lembrou a época que não havia ninguém que trocasse fraldas na escola. Dessa forma, foi feito um projeto nesse sentido de ter o profissional cuidador. Considerou que as professoras do AEE são os braços da SEDUC nas escolas. Estas profissionais devem fazer a interação com os Diretores e a Escola. É muito importante, também, que as Diretoras de Escolas internalizem a concepção da Inclusão Social. A matrícula e permanência da criança com deficiência na escola é garantida na Lei. Reconheceu que tem bastante tempo que se debate Inclusão Escolar no município. Disse que a SEDUC estuda uma forma de substituir o “monitor”. Já foi estagiário, agora é monitor, mas há um estudo para mudar esse perfil. Citou a Palestra, promovida pela SEDUC, com o Promotor Luís Renato Arias junto aos Dirigentes Escolares. Deverá acontecer outras reuniões com o promotor. Reafirmou que a SEDUC está aberta para o diálogo e construção da Inclusão Escolar. O Sr. Marcelo Lino cumprimentou a Sra. Flávia Eliza e sua equipe. Desejou sucesso no trabalho. Entende que a função de monitor, por não ser uma profissão, não possui Universidades ou escolas formadoras. Assim é

importante entender o processo de formação / capacitação desses trabalhadores. Em seguida, fez os seguintes encaminhamentos e informação: 1) Os motivos que determinaram a Prefeitura de Contagem a contratar 4 (quatro) empresas para disponibilizar os monitores de apoio que prestam o atendimento na Educação Especial de estudantes com deficiência? É importante pois, pelo que foi falado, em reunião anterior, existe diferença de tratamento de cada empresa, referente aos profissionais monitores que ela contrata. Refletiu também ser necessário garantir que todos os estudantes com deficiência que necessitam de monitores de apoio os tenham no dia inicial de cada ano letivo. 2) A implementação de um modelo fortalecido de formação e capacitação de profissionais monitores de apoio que permita atuação eficaz e de qualidade. Importante observar que a formação atual mostra-se insuficiente para os desafios vivenciados pelos profissionais no seu dia a dia de trabalho. Ponderou contudo, que será difícil ter um profissional de apoio para cada estudante. Em diálogo com a Sra. Josi Silva, teceu comentários sobre as especificidades das redes estaduais e municipais. A Sra. Josi Silva esclareceu que nas Escolas Estaduais há um professor de apoio e um cuidador exclusivo para o estudante dependendo da complexidade da deficiência. Em Contagem, a Sra. Josi, entende que a SEDUC deverá investir na formação/capacitação dos profissionais. Na continuidade de sua fala, citou situações de exclusão pelas quais passou junto com seu filho no processo escolar. A Sra. Flávia Eliza esclareceu que o município está com 4 (quatro) empresas. Uma delas é Associação dos Surdos que está com os cuidadores e com os Técnicos de Enfermagem. Temos a Sociedade Cultural Religiosa de Minas Gerais que está com os Intérpretes de LIBRAS. Com os monitores temos 3 (três) empresas: a Garcia, que tem monitores de quatro horas; a JBX, que tem monitores de 4 horas e de oito horas; e, a ASSEJ que tem monitores de oito horas. O motivo de ter três empresas é devido a questionamento na Justiça. Após os esclarecimentos, a Sra. Flávia Eliza agradeceu a oportunidade de estar no Conselho. O Sr. Marcelo Lino deu informes finais e agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada ata desse encontro, a qual será lida e aprovada pelos participantes da 158ª Plenária e assinada pelos presentes da 157ª reunião.